



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'ES01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Divagação sobre as ilhas

Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante) ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto de ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bom viver: uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos – tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio delas. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade – “aqui eu não sou feliz”, declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada, mas será que se procura realmente nas ilhas a ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo. A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo. Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atroz. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas.

A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

(Adaptado de Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. Em suas divagações sobre as ilhas, o autor vê nelas, sobretudo, a positividade de
- (A) um espaço ideal, cujas características naturais o tornam uma espécie de reduto ecológico, que faz esquecer os artifícios urbanos.
 - (B) um repouso do espírito, de vez que não é possível usufruir os benefícios do insulamento em meio a lugares povoados.
 - (C) um sucesso pessoal, a ser obtido pela paz de espírito e pela concentração intelectual que somente o pleno isolamento garante.
 - (D) uma libertação possível, pois até mesmo os bons homens acabam por tolher a prática salvadora da verdadeira liberdade.
 - (E) uma solidão indispensável, pois a felicidade surge apenas quando conseguimos nos distanciar dos nossos semelhantes.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A expressão *fuga relativa*, referida no 1º parágrafo, diz respeito ao equilíbrio que o autor considera desejável entre a conveniente distância e a conveniente aproximação, a se preservar no relacionamento com os semelhantes.
- II. No 2º parágrafo, todas as razões aventadas para explicar a irresistível sedução de uma ilha são consideradas essenciais, não havendo como entender essa atração sem se recorrer a elas.
- III. No 3º parágrafo, o autor se vale de amarga ironia quando afirma que o exercício da liberdade pessoal, benigno em si mesmo, é a causa da falta de liberdade dos povos que mais lutam por ela.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quando afirma, no início do 3º parágrafo, que *nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras*, o autor deprecia, precisamente, estes clássicos atributos das ilhas:

- (A) a hostilidade agreste, a solidão plena e a definitiva renúncia à solidariedade.
- (B) a poesia do mundo natural, o exclusivo espaço da solidão e a realização do ideal de felicidade.
- (C) a monotonia da natureza, o conforto da relativa solidão e a surpresa da felicidade.
- (D) a sedução mágica da paisagem, a valorização do espírito e a relativização da felicidade.
- (E) a fuga da vida urbana, a exaltação da bondade e o encontro da liberdade verdadeira.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *pondo-me a coberto de* (1º parágrafo) = recobrido-me com
- (B) *estouvada confraternização* (1º parágrafo) = insensível comunhão
- (C) *se alcançaria tal mercê* (2º parágrafo) = se granjearia essa graça
- (D) *crítica severa e indiscriminada* (3º parágrafo) = análise séria e circunstanciada
- (E) *acarretam as mais copiosas e inúteis carnificinas* (3º parágrafo) = induzem as exemplares mortalidades



5. Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais do que as outras, nem todas juntas constituem a razão do meu desejo.
- Estará adequada a nova correlação entre os tempos e os modos verbais caso se substituam os elementos sublinhados da frase acima, na ordem dada, por:
- (A) Se eu vier a pensar – seduziria – constituíam
- (B) Quando eu ficava pensando – seduzira – constituíam
- (C) Se eu vier a pensar – terá seduzido – viriam a constituir
- (D) Quando eu pensava – houvesse de seduzir – tinham constituído
- (E) Se eu viesse a pensar – seduziria – constituiriam
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.
- (B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.
- (C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.
- (D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.
- (E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos *shoppings* pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o autor dessa crônica:
- (A) O poeta Drummond escreveu num poema o verso “Ilhas perdem o homem”, o que significa estar contraditório com o que especula diante das ilhas neste seu outro texto.
- (B) “Ilhas perdem o homem” – asseverou Drummond num poema seu, manifestando sentimento bem diverso do que expõe nessa crônica de **Passeios na ilha**.
- (C) Ao contrário do que defende na crônica, há um poema de Drummond cujo o verso “Ilhas perdem o homem” redundava num paradoxo diante da mesma.
- (D) Paradoxal, o poeta Drummond é autor de um verso (“Ilhas perdem o homem”) de flagrante contraste ao que persigna numa crônica de **Passeios na ilha**.
- (E) Se nessa crônica Drummond enaltece o ilhamento, num poema o verso “Ilhas perdem o homem” se compraz ao agrupamento, não à solidão humana.
-
8. Atentando-se para a voz verbal, é correto afirmar que em
- (A) *Por bondade abstrata nos tornamos atroz* ocorre um caso de voz passiva.
- (B) *A ideia de fuga tem sido alvo de crítica severa* o elemento sublinhado é agente da passiva.
- (C) *Amemos a ilha* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **seja amada**.
- (D) *E por que nos seduz a ilha?* não há possibilidade de transposição para a voz passiva.
- (E) *tudo isso existe fora das ilhas* a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **tem existido**.
-
9. A pontuação está plenamente adequada na frase:
- (A) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos que, a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas, ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (B) O cronista diante da possibilidade, de habitar uma ilha, enumera uma série de argumentos, que a princípio desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento, mas ao fim e ao cabo, convence-se de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (C) O cronista diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo convence-se, de que está na ilha a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (D) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos, que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento mas, ao fim e ao cabo convence-se de que está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
- (E) O cronista, diante da possibilidade de habitar uma ilha enumera uma série de argumentos que a princípio, desqualificariam as supostas vantagens de um insulamento; mas ao fim e ao cabo, convence-se de que, está na ilha, a última chance de desfrutarmos nossa liberdade.
-
10. Amemos as ilhas, mas não emprestemos às ilhas o condão mágico da felicidade, pois quando fantasiamos as ilhas esquecemo-nos de que, ao habitar ilhas, leva-se para elas tudo o que já nos habita.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) lhes emprestemos – lhes fantasiamos – habitá-las
- (B) emprestemos-lhes – as fantasiamos – habitar-lhes
- (C) as emprestemos – fantasiamo-las – as habitar
- (D) lhes emprestemos – as fantasiamos – habitá-las
- (E) as emprestemos – lhes fantasiamos – habitar-lhes



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Paraty

É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty.

A vida vagarosa – quase sempre caminhando pela água –, o saber antigo, os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados, os caminhos de pedra que repelem e desequilibram a pressa: tudo isso vem do esquecimento. Vem do dia em que Paraty foi deixada quieta no século XIX, sem razão de existir.

Até ali, a cidade fervia de agitação. Estava na rota do café, e escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo. Um caminho de pedra cortava a floresta para conectar Paraty à sua época e ao centro do mundo.

Mas, em 1855, a cidade inteira se aposentou. Com a estrada de ferro criada por D. Pedro II, Paraty foi lançada para fora das rotas econômicas. Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés. E pelos próximos 119 anos, Paraty iria formar lentamente, sem se dar conta, seu maior patrimônio.

Até que chegasse outro ciclo econômico, ávido por lugares onde todos os outros não houvessem tocado: o turismo. E assim, em 1974, o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente. A cidade volta a conviver com o presente, com outro Brasil, com outros países. É então que a preservação de Paraty, seu principal patrimônio e meio de vida, escapa à mão do destino. Não podemos contar com a sorte, como no passado. Agora, manter o que dá vida a Paraty é razão de muito trabalho. Daqui para frente, preservar é suor.

Para isso existe a Associação Casa Azul, uma organização da sociedade civil de interesse público. Aqui, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia. Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado, sem apagar as pegadas.

(Texto institucional- Revista **Piauí**, n. 58, julho 2011)

11. Paraty é apresentada, fundamentalmente, como uma cidade

- (A) cuja vocação turística se manifestou ao mesmo tempo em que foi beneficiada pelos ciclos econômicos do café e do ouro.
- (B) que se beneficiou de dois ciclos econômicos do ouro, muito embora espaçados entre si por mais de um século.
- (C) cuja história foi construída tanto pela participação em ciclos econômicos como pela longa inatividade que a preservou.
- (D) cujo atual interesse turístico deriva do fato de que foi convenientemente remodelada para documentar seu passado.
- (E) que sempre respondeu, com desenvoltura e sem solução de continuidade, às demandas econômicas de várias épocas.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase *É do esquecimento que vem o tempo lento de Paraty* faz alusão ao período em que a cidade deixou de se beneficiar de sua importância estratégica nos ciclos do ouro e do café.
- II. O texto sugere que o mesmo turismo que a princípio valoriza e cultua os espaços históricos e naturais preservados traz consigo as ameaças de uma séria degradação.
- III. Um longo *esquecimento*, condição em princípio negativa na escalada do progresso, acabou sendo um fator decisivo para a atual evidência e valorização de Paraty.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

13. A informação objetiva contida numa expressão ou frase de efeito literário está adequadamente reconhecida em:

- (A) *os barcos feitos ainda hoje pelas mãos de antepassados* (2º parágrafo) = os barcos que lá se encontram foram herdados dos antecessores
- (B) *escoava o ouro no lombo do burro e nas costas do escravo* (3º parágrafo) = dava embarque ao ouro trazido por muares e cativos
- (C) *em 1855, a cidade inteira se aposentou* = ano em que se decretou a inatividade de todos os seus funcionários
- (D) *Ficou sossegada em seu canto, ao sabor de sua gente e das marés* (4º parágrafo) = acomodou-se ao ritmo das canções de seu povo e aos sons da natureza
- (E) *o asfalto da BR-101 fez as pedras e a cal de Paraty virarem ouro novamente* (5º parágrafo) = a valorização imobiliária reviveu a pujança dos antigos ciclos econômicos

14. Articulam-se como uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes elementos:

- (A) *É do esquecimento que vem o tempo lento / Estava na rota do café*
- (B) *a cidade fervia de agitação / foi lançada para fora das rotas econômicas*
- (C) *estrada de ferro criada por D. Pedro / Um caminho de pedra cortava a floresta*
- (D) *A cidade volta a conviver com o presente / o asfalto da BR-101*
- (E) *Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado / sem apagar as pegadas*



<p>15. É preciso reconstruir, devido à má estruturação, a seguinte frase:</p> <p>(A) A posição de Paraty possibilitou-lhe a proeminência econômica de que gozou durante os ciclos econômicos do ouro e do café, pelo menos até o ano de 1855.</p> <p>(B) A passagem do tempo, que pode ser ingrata em muitas situações, acabou conferindo a Paraty os encantos históricos de uma cidade que se preservou durante seu longo esquecimento.</p> <p>(C) A Associação Casa Azul, nesse texto promocional, apresenta-se como instituição cuja finalidade precípua é a preservação da cidade histórica de Paraty.</p> <p>(D) Caso não haja controle de iniciativa oficial ou particular, a cidade de Paraty desfruta da condição de ser um polo turístico, o que também constitui um risco de degradação.</p> <p>(E) A referência a caminhos de pedra que impedem a pressa não é só uma imagem poética relativa ao tempo: reporta-se ao calçamento físico das ásperas ruas de Paraty.</p>	<p>18. <i>Aqui, nesta casa, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia.</i></p> <p>A frase acima foi reelaborada, sem prejuízo para a correção e a coerência, nesta nova redação:</p> <p>(A) É para manter em harmonia o tecido urbano e social de Paraty que se criam projetos e atividades nesta casa.</p> <p>(B) A fim de que se mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia que criamos nesta casa projetos e atividades.</p> <p>(C) São projetos e atividades que criamos nesta casa com vistas a harmonia aonde se mantenha o tecido urbano e social de Paraty.</p> <p>(D) Nesta casa, cria-se projetos e atividades visando à manter-se o tecido urbano e social de Paraty de modo harmonioso.</p> <p>(E) Os projetos e atividades criados nesta casa é para se manter em harmonia tanto o tecido urbano quanto o social de Paraty.</p>
<p>16. O emprego, a grafia e a flexão dos verbos estão corretos em:</p> <p>(A) A revalorização e a nova proeminência de Paraty não prescindiram e não requisaram mais do que o esquecimento e a passagem do tempo.</p> <p>(B) Quando se imaginou que Paraty havia sido para sempre renegada a um segundo plano, eis que ela imerge do esquecimento, em 1974.</p> <p>(C) A cada novo ciclo econômico retificava-se a importância estratégica de Paraty, até que, a partir de 1855, sobreviram longos anos de esquecimento.</p> <p>(D) A Casa Azul envidará todos os esforços, refreando as ações predatórias, para que a cidade não sucumba aos atropelos do turismo selvagem.</p> <p>(E) Paraty imbuíu da sorte e do destino os meios para que obtesse, agora em definitivo, o prestígio de um polo turístico de inegável valor histórico.</p>	<p>19. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) Se o <u>por quê</u> da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica <u>porque</u> é reconhecida.</p> <p>(B) Ninguém teria <u>porque</u> negar a Paraty esse duplo merecimento de ser poesia e história, <u>por que</u> o tempo a escolheu para ser preservada e a natureza, para ser bela.</p> <p>(C) Os dissabores <u>por que</u> passa uma cidade turística devem ser prevenidos e evitados pela Casa Azul, <u>porque</u> ela nasceu para disciplinar o turismo.</p> <p>(D) <u>Porque</u> teria a cidade passado por tão longos anos de esquecimento? Criou-se uma estrada de ferro, eis <u>porque</u>.</p> <p>(E) Não há <u>porquê</u> imaginar que um esquecimento é sempre deplorável; veja-se como e <u>por quê</u> Paraty acabou se tornando um atraente centro turístico.</p>
<p>17. Atente para estas frases, do 5º parágrafo do texto:</p> <p>I. <i>Não podemos contar com a sorte.</i> II. <i>Daqui para frente, preservar é suor.</i></p> <p>Para articulá-las de modo a preservar o sentido do contexto, será adequado uni-las por intermédio deste elemento:</p> <p>(A) no entanto. (B) ainda assim. (C) haja vista que. (D) muito embora. (E) por conseguinte.</p>	<p>20. A expressão de que preenche adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Os projetos e atividades implementamos na Casa Azul visam à harmonia de Paraty.</p> <p>(B) O prestígio turístico veio a gozar Paraty não cessa de crescer, por conta de novos projetos e atividades.</p> <p>(C) O esquecimento Paraty se submeteu preservou-a dos desgastes trazidos por um progresso irracional.</p> <p>(D) A plena preservação ambiental, Paraty faz por merecer, é uma das metas da Casa Azul.</p> <p>(E) Os ciclos econômicos do ouro e do café, tanto prosperou Paraty, esgotaram-se no tempo.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Parte da propriedade rural, localizada no município de Itambé do Sul, pertencente a Alberto e sua mulher Rosângela, foi objeto de intervenção do Estado por intermédio da União. O respectivo ato administrativo estabeleceu restrições e condicionamentos ao uso daquele bem imóvel, devendo o Poder Público indenizar, caso ocorram, os respectivos danos. Nesse caso, as características da situação jurídica acima correspondem à

- (A) requisição administrativa, abrangendo apenas imóveis, não é auto-executória e preserva a propriedade com os seus donos.
- (B) servidão administrativa como direito real público, tem caráter de definitividade e não retira a propriedade de seus donos.
- (C) ocupação temporária como utilização provisória de bem imóvel, remunerada ou gratuita, retirando a propriedade de seus donos.
- (D) limitação administrativa, impondo apenas a obrigação de não fazer, correspondendo ao ato unilateral, retirando a propriedade de seus donos enquanto perdurar o ato.
- (E) desapropriação para proteger o patrimônio público, provisória ou definitiva, esta última retirando o bem de seus proprietários.

22. Mário está respondendo a processo administrativo disciplinar. Para evitar que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, o prazo de seu afastamento preventivo do exercício do respectivo cargo

- (A) requer, para ser prorrogado, a expedição de ato específico da máxima autoridade administrativa do respectivo órgão.
- (B) encontra-se fixado em lei específica e não poderá ser prorrogado, mesmo que não tenha sido concluído o supracitado processo.
- (C) somente poderá ser prorrogado na hipótese de não ter sido concluído o respectivo processo dentro do prazo fixado em lei específica, permanecendo seus efeitos.
- (D) poderá ser prorrogado por prazo igual ao fixado em lei específica, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o respectivo processo.
- (E) poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, visando a conclusão do respectivo processo, com permanência de seus efeitos.

23. Em conformidade com os preceitos regulamentares, as compras realizadas pela Administração Pública deverão observar, sempre que possível, dentre outros requisitos, o seguinte:

- (A) submeter-se a condições semelhantes às do setor privado, sem a obrigatoriedade da observância dos preços praticados no âmbito da Administração Pública.
- (B) a inaplicabilidade, nas compras, do sistema de registro de preços, salvo produtos de natureza padronizada.
- (C) atender ao princípio da padronização que imponha compatibilidade de especificações técnicas, dispensadas as condições de manutenção e garantia oferecidas.
- (D) ser processada sempre por meio do sistema de registro de preços, subdividindo-se as parcelas em um mínimo de vezes, visando a economicidade.
- (E) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

24. No que diz respeito à forma, tempo e lugar dos atos do processo administrativo na Administração Pública Federal, é correto afirmar que, em qualquer hipótese,

- (A) os atos do processo, dentre outros requisitos, devem ser produzidos por escrito, em vernáculo.
- (B) os atos pertinentes ao processo dependem de forma determinada.
- (C) deve-se proceder ao reconhecimento de firma nos documentos em razão de sua obrigatoriedade.
- (D) os atos do órgão, dentre outros, devem ser praticados no prazo de três dias.
- (E) os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, ou não, no horário normal de funcionamento das repartições.

25. No que se refere ao processo judicial por atos de improbidade administrativa, a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta

- (A) pela Defensoria Pública, dentro de quinze dias do deferimento da tutela antecipada.
- (B) pela pessoa jurídica interessada, dentro de dez dias do indeferimento da medida cautelar.
- (C) pela pessoa física interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.
- (D) pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- (E) pelo Tribunal ou Conselho de Contas, dentro de trinta dias do indeferimento da tutela antecipada.

Direito Constitucional

26. Cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República,

- (A) resolver sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- (B) dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- (C) resolver sobre os limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- (D) dispor definitivamente sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
- (E) resolver definitivamente sobre atos internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.



27. Compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) eleger membros do Conselho da República, sendo que dele participam seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição Federal, Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, Presidente e diretores do Banco Central e Procurador-Geral da República.
- (C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

28. Olímpio perdeu o mandato de Deputado Federal porque exercia cumulativamente função remunerada em pessoa jurídica de direito público, o que lhe era vedado pela Constituição Federal desde

- (A) a candidatura.
- (B) a posse.
- (C) a expedição do diploma.
- (D) seis meses antes das eleições.
- (E) doze meses antes das eleições.

29. Airton exerce o cargo de Procurador-Geral da República, enquanto que Bernardo é Presidente da Câmara dos Deputados, Otávio é Ministro do Planejamento, Sanção é Comandante do Exército, Golias é Ministro da Justiça, Arthur é Advogado Geral da União, Alfredo é Presidente do Senado Federal, Roberto é Presidente do Supremo Tribunal Federal, Afrânio é Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Vitor é Comandante da Marinha e Péricles é Ministro das Relações Exteriores. Conforme dispõe o artigo 91 da Constituição Federal brasileira, do Conselho de Defesa Nacional, que é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, NÃO participam como membros natos APENAS

- (A) Alfredo, Bernardo, Golias e Péricles.
- (B) Bernardo e Otávio.
- (C) Otávio, Sanção e Vitor.
- (D) Airton, Arthur, Roberto e Afrânio.
- (E) Golias, Vitor e Otávio.

30. A Fazenda Pública Federal, em virtude de sentenças judiciais transitadas em julgado, deve para Carlos, Plínio, Marcos, Flávio e Pompeu, cujos créditos são respectivamente decorrentes de salário, de pensão, de restituição de imposto, de indenização por morte e de indenização por invalidez. Segundo a Constituição Federal brasileira, no caso, os pagamentos desses débitos serão realizados exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e, em tese, NÃO terá preferência, sobre os demais, o crédito de

- (A) Pompeu.
- (B) Carlos.
- (C) Marcos.
- (D) Plínio.
- (E) Flávio.

Direito Civil

31. Cintia, Branca e Gabi residem no mesmo prédio e são amigas inseparáveis. Todas estão cursando Direito na mesma universidade e decidiram formar um grupo de estudos todas as quartas-feiras. Na quarta-feira passada, decidiram estudar as pessoas naturais segundo o Código Civil brasileiro e concluíram que, para o referido Código,

- (A) cessará, para os menores, a incapacidade, dentre outras hipóteses, pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo e pela colação de grau em curso de ensino superior.
- (B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.
- (D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.
- (E) pode ser declarada a morte presumida, com a necessária decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

32. Gabriela, perita, é proprietária de um conjunto comercial na região da Av. Copacabana, no Rio de Janeiro – Capital. Seu inquilino Sandoval está injustamente sem pagar os aluguéis devidos desde Fevereiro de 2008. De acordo com o Código Civil brasileiro, Gabriela

- (A) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de sete anos.
- (B) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é o comum de dez anos.
- (C) não terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de dois anos.
- (D) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de cinco anos.
- (E) não terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de três anos.



33. No tocante à classificação de bens, segundo o Código Civil brasileiro, considere as seguintes benfeitorias realizadas em um apartamento tipo cobertura com trinta anos de construção visando a habitação de um casal de meia idade, sem filhos:

- I. Impermeabilização do terraço com a aplicação de manta e colocação de pisos novos.
- II. Substituição da fiação elétrica do apartamento.
- III. Colocação de tela nas varandas.
- IV. Criação de painel de pastilhas azuis com mosaico na entrada do apartamento visando diferenciá-la do apartamento vizinho.
- V. Construção de um lavabo em parte da sala de almoço.

Com relação aos bens reciprocamente considerados, são benfeitorias úteis as indicadas APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) III e V.
- (E) I, II e III.

34. A Fiança

- (A) é admissível em obrigação futura ou condicional.
- (B) não pode possuir valor inferior ao da obrigação principal.
- (C) é uma espécie de garantia real prevista no Código Civil brasileiro.
- (D) é, em regra, um contrato bilateral, oneroso e principal.
- (E) não se extingue com a extinção da obrigação principal.

35. O mandato

- (A) não pode ser verbal, mas pode ser tácito ou expresso, desde que escrito.
- (B) não pode se referir a todos os negócios do mandante, devendo indicar um ou alguns negócios pré-determinados.
- (C) é um contrato sinalagmático e *intuitu personae* e pode ser oneroso ou gratuito.
- (D) com cláusula "*em causa própria*" será extinto por meio da revogação, bem como pela morte de qualquer das partes.
- (E) que contiver cláusula de irrevogabilidade não poderá, em qualquer hipótese, ser extinto pela revogação.

Direito Processual Civil

36. O ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente é denominado

- (A) decisão interlocutória.
- (B) despacho.
- (C) ato ordinatório.
- (D) sentença constitutiva.
- (E) sentença declaratória.

37. NÃO pode ser feita pelo correio, dentre outros casos, a citação

- (A) do funcionário público em geral.
- (B) do espólio, na pessoa do inventariante.
- (C) do representante de sociedade civil.
- (D) da pessoa maior de sessenta anos.
- (E) da pessoa jurídica de direito público.

38. No que concerne a nulidades, considere:

- I. Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- II. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- III. O juiz pronunciará a nulidade e mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta, mesmo se puder proferir sentença de mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade.
- IV. A nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.



<p>39. Numa execução, feita a penhora e efetivada a avaliação, requereram a adjudicação do bem penhorado pelo valor da avaliação: o exequente, um credor concorrente que havia penhorado o mesmo bem, um filho do executado, o cônjuge do executado e o pai do executado. Procedida licitação entre os pretendentes, constatou-se a igualdade das respectivas ofertas. Nesse caso, terá preferência o</p> <p>(A) cônjuge do executado. (B) exequente. (C) filho do executado. (D) credor concorrente. (E) pai do executado.</p>	<p>44. José percebeu que seu conhecido João havia cometido crime de desobediência e estava fugindo a pé, sendo perseguido por policiais. Em vista disso, despistou os milicianos e colocou João no interior de seu veículo, deixando o local e impedindo, dessa forma, a prisão em flagrante deste. Nesse caso, José responderá pelo crime de</p> <p>(A) favorecimento pessoal privilegiado. (B) favorecimento real. (C) favorecimento pessoal em seu tipo fundamental. (D) arrebatamento de preso. (E) facilitar a fuga de pessoa presa.</p>
<p>40. Denomina-se preclusão lógica</p> <p>(A) a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário. (B) a extinção de uma faculdade processual pela prática de ato incompatível com o que se pretende realizar. (C) o exaurimento da faculdade processual pelo seu exercício no prazo previsto. (D) a eficácia da sentença, não mais sujeita a recurso ordinário e extraordinário ou à ação rescisória. (E) a perda de uma faculdade processual pelo decurso do prazo previsto para o seu exercício.</p>	<p>45. No que concerne aos crimes hediondos, considere:</p> <p>I. No caso de sentença condenatória por crime hediondo, o réu não poderá apelar em liberdade. II. A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. III. Os crimes hediondos serão cumpridos inicialmente em regime fechado.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) I e III. (D) I. (E) III.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>41. O fornecimento de cestas básicas a instituições de caridade inclui-se dentre as penas</p> <p>(A) de multa. (B) privativas de liberdade. (C) restritivas de direitos. (D) de prisão simples. (E) acessórias.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>46. Na dinâmica do inquérito policial NÃO se inclui</p> <p>(A) o reconhecimento de pessoas e coisas. (B) as acareações. (C) o pedido de prisão temporária. (D) a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais. (E) a apresentação, através de advogado, de defesa preliminar por parte do indiciado.</p>
<p>42. Clemente falsificou um alvará judicial para levantamento de depósito judicial em nome de Clementina. Clementina foi até a agência bancária e o apresentou ao caixa, que acabou descobrindo a falsificação. Nesse caso, Clemente</p> <p>(A) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de papéis públicos. (B) responderá pelo crime de falsificação de documento público e Clementina por uso de documento falso. (C) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de documento público. (D) responderá pelo crime de falsificação de papéis públicos e Clementina por uso de papel público falsificado. (E) responderá pelo crime de falsificação de documento particular e Clementina por uso de documento falso.</p>	<p>47. Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é</p> <p>(A) pública condicionada à representação do ofendido. (B) privada exclusiva. (C) pública incondicionada. (D) privada personalíssima. (E) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.</p>
<p>43. Tício, funcionário público federal, em fiscalização de rotina, constatou que Paulus, proprietário de uma mercearia, estava devendo tributos ao Fisco. Em vista disso, concedeu-lhe o prazo de quarenta e oito horas para efetivar o pagamento e mandou colocar uma faixa na porta do estabelecimento, dizendo: "Este comerciante deve ao Fisco e deverá pagar o tributo devido em quarenta e oito horas". A conduta de Tício caracterizou o crime de</p> <p>(A) prevaricação. (B) calúnia. (C) concussão. (D) corrupção passiva. (E) excesso de exação.</p>	



48. A respeito do *habeas corpus*, é correto afirmar:
- (A) Pode ser impetrado por pessoa não inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) O fato de, no momento do julgamento, já ter cessado a violência ou coação não impede a concessão da ordem.
 - (C) A concessão da ordem para trancar a ação penal por falta de justa causa acarreta a soltura do paciente, mas não impede o prosseguimento do processo.
 - (D) Não pode em nenhuma hipótese ser concedido de ofício pelos juízes e pelos tribunais, dependendo sempre de provocação por petição com os requisitos legais.
 - (E) Não pode ser impetrado pelo Ministério Público por falta de interesse de agir.

49. No que concerne aos recursos em geral, considere:
- I. Não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
 - II. O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto se, após a interposição, se convencer do acerto da decisão recorrida e se arrepender da interposição.
 - III. O réu condenado que não recorreu da sentença poderá ser beneficiado, no caso de concurso de agentes, pela decisão de recurso interposto pelo co-réu, fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
- Está correto o que consta SOMENTE em
- (A) II.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) III.

50. O réu e seu defensor constituído foram pessoalmente intimados da sentença condenatória no dia 3 de fevereiro de 2012, sexta-feira. O prazo de 5 dias para apelação terminará no dia
- (A) 13 de fevereiro, segunda-feira.
 - (B) 07 de fevereiro, terça-feira.
 - (C) 08 de fevereiro, quarta-feira.
 - (D) 09 de fevereiro, quinta-feira.
 - (E) 10 de fevereiro, sexta-feira.

Direito Tributário

51. Em matéria tributária, de modo geral, NÃO pode ser considerada imunidade constitucional, dentre outras situações:
- (A) a proibição à tributação de livros, dos jornais e dos periódicos, bem como do papel destinado à sua impressão.
 - (B) o conjunto de favores concedidos por lei, dispensando o pagamento de um tributo devido, compreendendo todos os contribuintes do território da entidade tributante ou de determinada região.
 - (C) a vedação à instituição de tributos interestaduais ou intermunicipais, objetivando estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de mercadorias, com exclusão da cobrança de pedágio.
 - (D) o não cabimento de tributação entre si das pessoas jurídicas de Direito Público interno sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, com exclusão de situações específicas.
 - (E) a impossibilidade de tributação sobre o patrimônio, a renda ou serviços das instituições de educação ou assistência social, com exclusão de situações específicas.

52. Analise:
- I. 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação do imposto que a União pode instituir no exercício de sua competência tributária residual.
 - II. 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Para os fins da repartição das receitas tributárias, esses percentuais são pertencentes, dentre as esferas de organização político-administrativa, respectivamente,

- (A) ao Distrito Federal e à União.
- (B) aos Estados e à União.
- (C) aos Municípios e ao Distrito Federal.
- (D) aos Municípios e à União.
- (E) aos Estados e aos Municípios.

53. Samuel vendeu, por escritura pública, um imóvel para Sueli. Havia débitos referentes ao imposto predial e territorial urbano. O contrato de venda e compra estipulou a transferência dessa responsabilidade (quitação dos débitos) para Rafael (então devedor de Samuel), mas que deixou de cumpri-la. Nesse caso, a responsabilidade da quitação do débito perante a Fazenda Pública do Município será
- (A) de Rafael, ou seja, o terceiro integrante no contrato.
 - (B) de Samuel, ou seja, o vendedor do imóvel.
 - (C) de Sueli, ou seja, a compradora e atual proprietária do imóvel.
 - (D) do vendedor Samuel e da compradora Sueli.
 - (E) da compradora Sueli e do terceiro Rafael.

54. No que diz respeito à administração tributária, é certo que
- (A) poderá ser outorgada, a critério da autoridade, a outra pessoa jurídica de Direito Público a realização e a fiscalização do cumprimento das vendas e prestações, desde que por decreto.
 - (B) uma das características da dívida ativa é que a Fazenda Pública a constitui unilateralmente, sendo que a presunção de certeza e liquidez é *juris tantum*, por admitir prova em contrário.
 - (C) as entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu ofício, atividade ou profissão, são obrigadas, em qualquer hipótese, a prestar à autoridade administrativa todas as informações que disponham em relação aos bens e negócios de terceiros.
 - (D) a certidão expedida com a ressalva da existência de créditos tributários não vencidos ou em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora, não tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
 - (E) todas as normas pertinentes à fiscalização têm a natureza das regras de Direito Tributário e Direito Penal-Tributário, vedada sua concretização por meio das normas de Direito Administrativo ou de Direito Civil.



55. Para os fins de suspensão do crédito tributário, analise:

- I. Não é o depósito do montante integral que suspende a exigibilidade do crédito tributário e sim a apresentação da reclamação ou do recurso, precedido de depósito integral.
- II. A moratória concedida em caráter geral é a do parcelamento dos débitos fiscais, sendo certo que a união poderá concedê-la em relação aos tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- III. O parcelamento é sempre individual e deve ser requerido pelo contribuinte, sendo que, no caso de não cumprimento, descontadas as parcelas pagas, é possível à Fazenda Pública executar a dívida, tomando por base as certidões das dívidas ativas.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

Direito Previdenciário

56. Sidney é segurado especial da Previdência Social. Em sua propriedade rural em Resende – RJ, além da atividade agropecuária, ele passou também a explorar a atividade turística, inclusive com hospedagem. Considerando que a exploração turística com hospedagem ocorre apenas nos meses de Dezembro e Janeiro, em razão das festas Natalinas, segundo a Lei nº 8.212/91, esta exploração

- (A) descaracteriza a condição de segurado especial em razão do turismo com hospedagem, tendo em vista que a dupla atividade é permitida na modalidade do turismo simples.
- (B) descaracteriza a condição de segurado especial em razão da dupla atividade desenvolvida.
- (C) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 120 dias ao ano.
- (D) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 180 dias ao ano.
- (E) descaracteriza a condição de segurado especial porque a hospedagem ultrapassou os 30 dias ao ano permitido na legislação.

57. No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, o segurado facultativo pertencente à família de baixa renda, que não possui renda própria e que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, terá alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição de

- (A) 11%.
- (B) 5%.
- (C) 8%.
- (D) 20%
- (E) 15%.

58. Na reclamação trabalhista proposta por Natália em face de sua ex-empregadora, a empresa "A", foi proferida sentença de mérito julgando a reclamação parcialmente procedente. Em liquidação de sentença, foi apurado o valor da condenação determinado em sentença em R\$ 100.000,00. As partes, após o trânsito em julgado da sentença e a sua regular liquidação, celebraram acordo no valor de R\$ 40.000,00. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.212/91, a contribuição previdenciária será calculada com base em

- (A) R\$ 40.000,00 acrescido de 10%.
- (B) R\$ 100.000,00.
- (C) R\$ 50.000,00.
- (D) R\$ 40.000,00.
- (E) R\$ 40.000,00 acrescido de 20%.

59. Com relação ao Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS considere:

- I. O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representante do Governo Federal e da Sociedade Civil totalizando onze membros em sua composição.
- II. O Conselho Nacional de Previdência Social possui, na sua composição, três membros representantes dos aposentados e pensionistas.
- III. Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.
- IV. O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quinze dias, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei nº 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

60. De acordo com a Lei nº 8.213/91, em regra, considera-se, especificamente, doença profissional a

- (A) produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- (B) adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- (C) doença degenerativa e a inerente a grupo etário, bem como a doença sócio-ocupacional.
- (D) doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
- (E) doença degenerativa e a inerente a grupo etário, bem como doenças cardiológicas e pneumocócicas.



REDAÇÃO

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Vivemos em tempos de desregulamentação, de descentralização, de individualização, em que se assiste ao fim da Política com P maiúsculo e ao surgimento da "política da vida", ou seja, que assume que eu, você e todo o mundo deve encontrar soluções biográficas para problemas históricos, respostas individuais para problemas sociais. Nós, indivíduos, homens e mulheres na sociedade, fomos portanto, de modo geral, abandonados aos nossos próprios recursos.

Zigmunt Bauman

(Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, **Tempo Social**, Junho/2004, www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A atuação política no mundo atual: limites e desafios

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	